



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

### Proposta de DIA

Identificação	
Designação do Projecto:	Exploração Suinícola "Herdade do Gamal de Baixo"
Tipologia de Projecto:	Instalação de pecuária intensiva <b>Fase em que se encontra o Projecto:</b> Projecto de Execução
Localização:	Freguesia de Canha, concelho do Montijo
Proponente:	RAPORAL – Rações de Portugal, S.A.
Entidade licenciadora:	Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
Autoridade de AIA:	CCDRLVT <b>Data: 26-04-2012</b>

Proposta de Decisão:	Favorável
	<input checked="" type="checkbox"/> Favorável Condicionada
	Desfavorável

Condicionantes da DIA:	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação do PGEP aprovado pelas entidades competentes, nos termos do Decreto-Lei nº 214/2008, de 10 de Novembro e da Portaria nº 631/2009, de 9 de Junho. Estando a exploração localizada na Zona Vulnerável do Tejo, deverão ser cumpridas as disposições do respetivo Programa de Ação (Portaria nº 83/2010, de 10 de Fevereiro). Este PGEP deverá ter em conta os impactes cumulativos decorrentes da proximidade a outras explorações pecuárias;</li> <li>2. Impermeabilização das lagoas, tendo em conta o cumprimento de todos os requisitos de dimensionamento e construtivos previstos na Portaria nº 931/2009, de 9 de junho, e na Portaria nº 83/2010, de 10 de Fevereiro, designadamente quanto à existência de redes de drenagem laterais e de fundo;</li> <li>3. Implementação de medidas de defesa de pessoas e bens contra incêndios florestais nos termos do n.º 11 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, e no respeito do disposto no Plano Municipal de Defesa da Florestal Contra Incêndios do Concelho do Montijo;</li> <li>4. Ao cumprimento das medidas de proteção dos sobreiros e azinheiras conforme determinado no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na sua redação atual;</li> <li>5. Cumprimento das Medidas de Minimização e Programas de Monitorização constantes nesta proposta de DIA.</li> </ol>
------------------------	---



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

1. Cumprimento do PGEP, após aprovação pela DRAP-LVT o qual deverá estar permanentemente atualizado de acordo com o efetivo pecuário e atendendo às culturas praticadas na herdade e nas parcelas de terceiros que se prevê ser utilizadas para valorização agrícola dos efluentes pecuários;
2. Os trabalhos de reabilitação a efetuar nas lagoas deverão ocorrer de forma faseada de modo a evitar quaisquer descargas de efluentes nas linhas de água e a estarem concluídas antes da época das chuvas. As lamas a remover do sistema de lagunagem deverão ser encaminhadas a destino final adequado, carecendo, no caso da utilização em solos agrícolas, de aprovação prévia pela DRAP LVT, nos termos do Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de Outubro;
3. Após o dimensionamento das lagoas, efetuado em função dos critérios definidos pela legislação em vigor, deve resultar um bordo livre de cerca de 50cm nos taludes das lagoas;
4. As lagoas deverão ser devidamente impermeabilizadas com tela em PEAD da espessura adequada;
5. As lagoas devem ser circundadas por um sistema de drenagem lateral/ de fundo que assegure o escoamento das águas pluviais e permita sinalizar qualquer risco de rutura na estrutura;
6. Garantir uma boa exploração da ETAR, com um bom desempenho, efetuando para tal uma correta operação de todos os órgãos e adotando as orientações da manutenção preventiva;
7. Armazenar e encaminhar convenientemente os resíduos produzidos na exploração para os destinos adequados, a fim de serem evitadas situações de contaminação dos recursos hídricos;
8. Efetuar a manutenção e reparação de máquinas e equipamentos em instalações para tal destinadas, devidamente apropriadas com as infraestruturas de drenagem, recolha e tratamento em caso de derrame;
9. Efetuar o armazenamento de combustíveis e de todo o material com potencial contaminante em áreas ou instalações apropriadas, devidamente identificadas e com os meios necessários de controlo e remediação em caso de derrame;
10. Promover um uso eficiente da água, procurando-se adotar sempre que possível sistemas de limpeza com produções mínimas de efluentes e baixos consumos de água;
11. Instalação de caudalímetros na captação subterrânea existente para se quantificar efetivamente o seu consumo, ao mesmo tempo que mais facilmente se controla a exploração das captações;
12. Cumprimento do "Código de Boas Práticas Agrícolas";
13. Deverão ser assegurados, de forma permanente, a estanquicidade e limpeza de todo o sistema de drenagem de águas residuais;
14. Durante a remodelação das estruturas existentes deverá ser efetuada a remoção e limpeza de todos os depósitos de resíduos garantindo o seu adequado encaminhamento para destino final de acordo com o especificado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA);

1505078-201204-00.05-06430-P-S - 27-04-20



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

15. Regar o caminho não asfaltado, nos períodos secos, de modo a reduzir a emissão de poeiras;
16. Ventilar devidamente de forma a reduzir os níveis de amoníaco e H<sub>2</sub>S, evitando a formação de odores, os pavilhões;
17. Avaliar as quantidades de azoto e fósforo veiculadas pelos fertilizantes de forma a não exceder a quantidade desses nutrientes necessários às culturas;
18. Efetuar um registo rigoroso, por parcela, das quantidades de fertilizantes aplicados anualmente e dos materiais fertilizantes utilizados, conjuntamente com os resultados das análises laboratoriais efetuadas, de acordo com o Plano de Gestão de Efluentes;
19. Garantir a efetiva rotatividade das parcelas a beneficiar com o efluente, a fim de assegurar que não se efetuam dotações em excesso e, deste modo, evitar a degradação física, química ou biológica dos solos;
20. Distribuir uniformemente o efluente na parcela a beneficiar;
21. A instalação da cultura no período de tempo mais curto possível após a aplicação dos efluentes da pecuária;
22. Aplicar o efluente tratado e os tamisados à superfície do solo no mais curto espaço de tempo e com recurso a equipamentos que funcionem a baixa pressão, a fim de reduzir as perdas de azoto por volatilização, e a libertação de odores;
23. Aplicar o efluente tratado e os tamisados respeitando as distâncias mínimas de segurança, nomeadamente quando o declive da parcela onde se realiza a valorização agrícola seja superior a 10%, será mantida uma distância mínima de 5 m a partir da linha limite do leito dos cursos de água, caso o declive na parcela seja igual ou inferior a 10%, a distância dos cursos de água será de 2,5 m e um perímetro 5 m em redor de captações subterrâneas destinadas à rega e 20 m em redor de captações subterrâneas destinadas a outros usos;
24. Não aplicar efluente em solos encharcados, devendo aguardar-se que o solo retorne o seu estado de humidade normal para proceder à aplicação.

1505078-201204-00.05-00420-P-5 - 27-05-20



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

## Programas de Monitorização das águas subterrâneas

### 1. Parâmetros a Monitorizar

As colheitas e análise de amostras de água na origem, deverão ser realizadas por laboratório acreditado para os seguintes parâmetros em referência: condutividade elétrica; pH, nitratos, fósforo total ou ortofosfatos, CBO5, CQO, sólidos suspensos totais, sulfatos, nitritos, azoto amoniacal, azoto total, estreptococos fecais, coliformes fecais e totais.

### 2. Locais e Frequência de Amostragem

#### Locais de Amostragem:

A colheita das amostras de água deverá ser feita no furo que abastece a exploração, localizado na herdade do Gamoal de Baixo.

#### Frequência de Amostragem:

Semestral (em cada ano sempre no mesmo mês, Fevereiro – águas altas, Setembro – águas baixas).

### 3. Técnicas e Métodos de Análise ou Registo de Dados e Equipamentos Necessários

Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, ou legislação que lhe suceda.

### 4. Métodos de Tratamento dos Dados

Tal como referido em relação a metodologias de amostragem e registo de dados, também o tratamento dos dados obtidos deverá garantir a correta comparação destes resultados com os valores estipulados como valores limite na legislação, nomeadamente no Anexo I (Qualidade águas doces superficiais destinadas à produção de água para consumo humano) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto.

De acordo com os objetivos estabelecidos, dever-se-á essencialmente verificar se os resultados obtidos se situam dentro ou violam os limites estabelecidos legalmente para cada um dos poluentes monitorizados, por forma a poder adequar os procedimentos a seguir.

### 5. Tipo de Medidas de Gestão Ambiental a Adotar na Sequência dos Resultados dos Programas de Monitorização

Caso os resultados sejam indicativos de uma contaminação da qualidade da água, poderá ser a mesma utilizada para rega devendo ser averiguada as causas de contaminação.

### 6. Periodicidade dos Relatórios de Monitorização, Respetivas Datas de Entrega e Critérios para a Decisão sobre a Revisão do Programa de Monitorização

A periodicidade dos relatórios de monitorização acompanhará as campanhas de amostragem, de modo a possibilitar uma atuação atempada, em caso de se detetarem situações críticas. Os relatórios deverão ser entregues, de 30 a 45 dias após a realização das campanhas.

505078-201204-00.05-03430-F-5 - 27-04-20



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Os critérios para a decisão sobre a revisão dos programas de monitorização deverão ser definidos consoante os resultados obtidos, sendo obviamente o programa ajustado de acordo com as necessidades verificadas.

O programa de monitorização poderá também ser revisto na sequência de estudos a desenvolver, ou em função de legislação específica que, nesta área, imponha novas metodologias e critérios.

### Programas de Monitorização dos solos

#### 1. Parâmetros a monitorizar

Deverão ser monitorizados os seguintes parâmetros:

- a) pH,
- b) Fósforo disponível,
- c) Potássio disponível,
- d) Azoto (Total e Mineral).

As análises deverão ser efetuadas por um laboratório certificado pelo IPQ para os parâmetros seleccionados.

#### 2. Locais de amostragem

A monitorização dos solos deverá ser efetuada em cada parcela/cultura onde é efetuado o espalhamento e cujas propriedades/características do solo são distintas.

#### 3. Técnicas e Métodos de Análise ou Registo de Dados e Equipamentos Necessários

O método de análise assenta na recolha de amostras de terra nas áreas de espalhamento, de acordo com as seguintes indicações:

- Se o terreno não for uniforme deverá dividir-se em parcelas em cada uma das quais todo o terreno pareça semelhante quanto à cor, textura, declive, drenagem, aspeto das culturas e que tenha sido cultivado de igual maneira no último ano (as mesmas culturas, estrumeação, adubação ou calagem);
- Percorrer em ziguezague cada uma das parcelas (cuja área pode ter vários hectares) e colhendo ao acaso, pelo menos em quinze pontos diferentes, pequenas amostras parciais de igual tamanho na camada arável até 20 cm de profundidade, que se deitam em balde;
- No fim mistura-se bem a terra, retirando as partículas de dimensões maiores que amêndoas. Obtém-se, assim, uma amostra composta representativa do terreno. Desta terra retira-se uma parte que se coloca num saco que deverá ser devidamente identificado.

A recolha de amostras deve ser efetuada antes de cada espalhamento/sementeira. Em cada ano, as recolhas deverão ser efetuadas no mesmo local, no entanto, em anos diferentes, os locais de recolha poderão ser alterados.

A amostragem e a análise dos solos devem ser realizadas tendo por base as normas CEN – Comité Europeu de

1505078-201204-00.05-08470-0-0-07-04-20



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
 CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Normalização. Em caso de inexistência das normas CEN, aplicam-se as correspondentes normas nacionais, caso existam, ou, na falta destas, as normas ISO.

**4. Duração do programa**

O programa de monitorização deverá ser mantido durante toda a fase de exploração.

**5. Critérios de avaliação de desempenho**

O principal critério para a avaliação de desempenho será a manutenção ou melhoria da qualidade do solo nas áreas de espalhamento.

**6. Tipo de Medidas de Gestão Ambiental a Adotar na Sequência dos Resultados dos Programas de Monitorização**

Caso os resultados sejam indicativos de um espalhamento de efluente em excesso, deverá ser redimensionado as quantidades de efluente a espalhar, ou aumento da área total de espalhamento.

**7. Periodicidade dos Relatórios de Monitorização, Respetivas Datas de Entrega e Critérios para a Decisão sobre a Revisão do Programa de Monitorização**


A periodicidade dos relatórios de monitorização acompanhará as campanhas de amostragem, de modo a possibilitar uma atuação atempada, em caso de se detetarem situações críticas. Os relatórios deverão ser entregues, de 30 a 45 dias após a realização das campanhas.

Os critérios para a decisão sobre a revisão dos programas de monitorização deverão ser definidos consoante os resultados obtidos, sendo obviamente o programa ajustado de acordo com as necessidades verificadas.

O programa de monitorização poderá também ser revisto na sequência de estudos a desenvolver, ou em função de legislação específica que, nesta área, imponha novas metodologias e critérios.

<b>Validade da DIA:</b>	17-05-2014
-------------------------	------------

<b>Entidade de verificação da DIA:</b>	Autoridade de AIA
--	-------------------

<b>Assinatura:</b>	<p>O Presidente</p>  <p>Eduardo Brito Henriques, Prof. Doutor</p>
--------------------	---

505078-201204-00.05-00450-P-5 - 27-04-20



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

## ANEXO

**Resumo do conteúdo do procedimento, incluindo dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas:**

Início Procedimento: 14-09-2011

Pedido elementos: 11-10-2011

Entrega dos elementos: 28-12-2011

Conformidade do EIA: 09-01-2012

2º Pedido de elementos: 12-01-2012

Entrega dos 2º elementos: 17-02-2012

Consulta Pública: 25-01-2012 a 28-02-2012

Visita ao local: 08-03-2012

Envio do parecer final da CA para a Autoridade AIA: 26-04-2012

Prazo final de AIA MAMAOT (120º dia): 17-05-2012

### ENTIDADES CONSULTADAS

Foram consultadas e recebidos os respetivos pareceres externos das seguintes entidades:

- Autoridade Florestal Nacional
- Câmara Municipal do Montijo
- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e;
- Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo.

### Autoridade Florestal Nacional (AFN)

Informa a AFN que: a ação em causa, remodelação interna dos edifícios existentes, em laboração há mais de 20 anos, não interfere com servidões ou condicionalismos florestais.

A área envolvente aos pavilhões é caracterizada pela presença de sobreiros e azinheiras, que são espécies protegidas conforme disposto no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 1551/2004, de 30 de Junho.

Por último, realça a legislação relativa a medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, que o republica, bem como as disposições estabelecidas no Plano Municipal de Defesa da

505078-201204-00.05-08430-0-5 - 27-04-2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Concelho do Montijo.

Finaliza a AFN que, relativamente ao projeto apresentado, emite parecer favorável condicionado ao anteriormente exposto.

**Câmara Municipal do Montijo (CMM)**

Informa a CMM que no que se refere às construções e à ETAR que existem na exploração, as mesmas encontram-se devidamente licenciadas, demonstrando esta evidência, informando sobre as licenças emitidas e as datas das mesmas.

Quanto ao enquadramento da exploração, face ao PDM, informa que a propriedade se encontra inserida em área classificada como Espaço Florestal, área de floresta de produção, parcialmente abrangida pela Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Finaliza a CMM afirmando que não vê inconveniente na localização da exploração em causa.

Anexo ao parecer, a CMM remete a cópia do Alvará de Licenças de Utilização, relativo à ETAR.

**Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT)**

Informa a DRAP-LVT que, em virtude de neste processo se ter solicitado parecer sobre a RAN, à Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo, estão a ser cumpridas as disposições legais sobre essa matéria.

Considera que, dado tratar-se de uma exploração existente, não se prevendo novas construções, do ponto de vista agrícola, nada há a opor à continuidade do procedimento de licenciamento de acordo com o Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, que estabelece o regime de exercício da atividade pecuária (REAP) e com a Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho, que estabelece as normas a aplicar à gestão de efluentes pecuários (GEP), desde que sejam cumpridas todas as medidas de minimização apontadas no EIA.

Tendo em conta que a exploração está inserida dentro dos limites da Zona Vulnerável do Tejo, deverá ser respeitado o respetivo Programa de Ação, definido pela Portaria n.º 83/2010, de 10 de Fevereiro.

Refere ainda que na salvaguarda da continuidade deste tipo de unidades produtivas, a DRAP-LVT no âmbito do acompanhamento da revisão do PDM do Montijo, alertou a Câmara Municipal do Montijo para a necessidade de se acautelar as pecuárias existentes no concelho para que, em termos de ordenamento/classificação do solo, estas venham a integrar categorias de espaço compatíveis com essa atividade.

Finaliza informando que o concelho de Montemor-o-Novo não integra a área de jurisdição da DRAP-LVT.

1505078-201204-00.05-08430-P-5 - 21-04-2012





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

201205-00.03-00823-VP  
 17-05-2012  
 FAX  
 17-05-2012

**Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo (ERRA-LVT)**

A ERRA-LVT informa que, nos seus arquivos e base de dados não se encontra nenhum pedido de parecer para utilização não agrícola de solos da RAN em nome da RAPORAL- Rações de Portugal, SA ou da Sociedade Agro-Pecuária Pagado, Lda.

Informa ainda que, tratando-se de um procedimento de AIA, incidente sobre instalações licenciadas (caso das atividades sujeitas a licenciamento pelo REAP) nos termos legalmente previstos, isto é, acompanhados dos certificados de solos ou dos pareceres prévios favoráveis da Comissão/Entidade Regional da Reserva Agrícola, se de data posterior a 14/07/1989 (data da entrada em vigor do anterior Regime Jurídico da RAN), para as quais não incida qualquer ampliação ou alteração de uso em RAN, não é necessário submeter a parecer da ERRA-LVT nos termos do nº 7 do art.º 23º do Decreto-Lei nº 73/2009 de 31 de Março.

A ERRA-LVT finaliza informando que, de acordo com o nº 7 do art.º 23º do Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de Março, no qual a pronúncia desta Entidade compreende a emissão de parecer prévio, informar a requerente que a emissão de parecer fica adiada até à receção nos serviços da DRAP-LVT do comprovativo do pagamento de taxa, prevista na Portaria nº 1403/2002, de 29 de Outubro, em função da área a inutilizar em RAN, e que o prazo para a emissão do parecer, só se inicia após a efetivação daquele pagamento”.

**Resumo do resultado da consulta pública:**

No âmbito da Consulta Pública não foram recebidos pareceres.

**Razões de facto e de direito que justificam a decisão:**

O projeto consiste no licenciamento e remodelação de uma exploração suinícola já em funcionamento, constituída por quatro pavilhões de acabamento/engorda, um pavilhão de enfermária e um pavilhão de quarentena. Não estão previstas novas construções.

A exploração em análise fica localizada na freguesia de Canha, concelho do Montijo.

Para além dos pavilhões, existem no local várias edificações (balneários, escritório e cais de embarque, ETAR e um reservatório de água).

Estas instalações totalizam uma área coberta de 0,49ha tendo a área de intervenção, que abrange as áreas de espalhamento dos efluentes gerados, 264ha (Herdade do Gamoal de Baixo).

A Exploração. Suinícola “Herdade do Gamoal de Baixo” tem capacidade para um efetivo de 5.000 porcos de engorda em regime intensivo.

O projeto promove a manutenção de 4 postos de trabalho diretos e cerca de 500 postos de trabalho indiretos.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

O acesso à herdade é feito a partir da estrada nacional EN 4 que liga Pegões a Vendas Novas.

Os aglomerados populacionais mais próximos são: Bombel a 3,5 km para Sudoeste, Foros da Craveira do Norte a 5,9 km para Sudoeste, Craveira do Sul, 5 km para Sudoeste, Pegões a 7,8 km para Sudoeste, a 7,8 km para Sudoeste localiza-se Vendas Novas e ainda a 10 km para Noroeste.

Da análise efetuada é possível concluir que:

- Não se detetou nenhuma desconformidade do projeto com o PROTAML.
- Não se verifica a incompatibilidade com o PDMM, atendendo a que o parecer da Câmara Municipal demonstra a pré existência legal da exploração.
- Não ocorrem quaisquer impactes na qualidade do ar, ao nível local e regional.
- Os impactes decorrentes do projeto no respeitante á sócio economia são positivos na medida em que mantém os postos de trabalho, diretos e promove a criação de postos de trabalho indiretos, essenciais na estrutura socioeconómica do Concelho.
- Relativamente aos solos, não se prevê a ocorrência de quaisquer impactes uma vez que a instalação pecuária em causa já se encontra construída e porque o sistema de retenção de águas residuais existente previne qualquer contaminação accidental dos solos pelos efluentes produzidos.
- Os impactes, decorrentes ao nível dos recursos hídricos superficiais como ao nível dos recursos hídricos subterâneos, são negativos e significativos e estão associados diretamente á rejeição de efluentes líquidos e, indiretamente, com o espalhamento dos efluentes para valorização agrícola. Estes impactes são minimizáveis.

Assim, propõe-se a emissão de DIA favorável condicionada relativa ao projecto Exploração Suinícola "Herdade do Gamoal de Balxo".

05078-201204-00.05-08+30-P-S - 27-04-20